

# A dimensão geográfica das corporações industriais: uma proposta metodológica

Carlos Alberto Franco da Silva\*

## RESUMO

*As grandes corporações constituem um dos mais importantes agentes de organização espacial da sociedade capitalista moderna. Apesar de uma presença marcante ao longo de todo o século XX, ainda não temos uma teoria de base para o estudo de corporações multilocalizadas e*

*multifuncionais. Este artigo propõe uma metodologia de análise de corporações industriais a partir de múltiplas dimensões e perspectivas teóricas.*

## PALAVRAS-CHAVE:

*Corporação; Organização Espacial; Gestão Territorial.*

## 1- INTRODUÇÃO

O estudo geográfico de uma corporação é uma tarefa árdua. No entanto, a Geografia da Empresa apresenta várias formulações teóricas que buscam re-trabalhar as teorias de localização através de estudos empíricos de empresas, sobretudo de corporações industriais multinacionais. Os enfoques mais recentes privilegiam os aspectos comportamentais da corporação, ou seja, a capacidade de gestão e de tomada de decisão do empresariado sobre o espaço geográfico de atuação da empresa.

A importância do estudo das grandes corporações reside no seu papel de agente de investimento, de internacionalização da produção e das finanças e, por fim, de reorganização espacial. Mais recentemente, no contexto da globalização, retomou-se o debate sobre as corporações transnacionais e suas implicações territoriais. Ao longo do processo de reestruturação produtiva e financeira, as corporações emergem com um dos principais condutores da nova geografia econômica do mundo globalizado. Logo, estudar as corporações transnacionais é um dos pré-requi-

sitos para se entender as novas grafias deixadas pelo modelo de acumulação capitalista em curso. Para tanto, é necessário resgatar as diversas abordagens teóricas já concebidas para a grande corporação antes de se pensar numa metodologia de análise.

Desse modo, é neste ponto que se coloca o escopo deste trabalho: elaborar, a partir da interpretação de diferentes recortes teóricos, uma proposição metodológica para o estudo das corporações industriais, em face da impossibilidade de uma teoria geral que dê conta da natureza multifacetada e complexa de uma corporação multifuncional e multilocalizada. Apesar do ecletismo intelectual ao longo do texto, a abordagem aqui desenvolvida pretende ser a contribuição do autor na elaboração de uma estrutura sintética das possibilidades de análise da grande corporação.

## 2 - AS ABORDAGENS SOBRE CORPORACIÓN E ESPAÇO ENTRE 1950 E 1970

A tradição geográfica apresenta várias tentativas de compreender a grande corporação como

uma combinação de fatores monetários, tecnológicos, geopolíticos e sócio-econômicos. Entretanto, até o momento, não há uma teoria de base para o estudo das corporações. As preocupações iniciais dos geógrafos com relação à corporação limitavam-se às implicações geográficas de articulação ótima de fatores produtivos, não havendo análises sobre os processos de tomada de decisão que respondessem pela organização espacial da corporação.

Na década de 1950, uma das primeiras contribuições teóricas de significativa importância para o estudo da organização industrial foi dada por Edith Penrose. No estudo, "Teoria del Crecimiento de la Empresa", editado em 1959, Penrose expõe, detalhadamente, a importância dos recursos internos de uma empresa como condição *sine qua non* para o crescimento da firma, especialmente os que se referem à existência de uma direção (empresário) com experiência.

Desse modo, o cerne de sua proposição situa-se nos fatores internos, que determinam a direção nas oportunidades produtivas da firma face à possibilidade de o empresário observar tais vantagens. A expansão externa por meio de fusão e de incorporação representaria um meio de evitar as restrições ao crescimento da empresa impostas pela fraca capacidade dos diretores (*management team*). Essas práticas garantiriam a difusão espacial da empresa e a obtenção de experiência administrativa. Em suma, a proposta de Penrose é de uma teoria de crescimento interno da empresa industrial, tendo como base a capacidade gerencial do empresário e de sua equipe de diretores subordinados.

No tocante à Geografia, McNee foi quem procurou traçar uma "Geografia da empresa". A partir das influências de Vidal de La Blache, McNee concluiu que a corporação seria o "gênero de vida" da sociedade urbano-industrial. De um modo consensual, McNee é considerado um pioneiro nos estudos sobre os aspectos geográficos da tomada de decisão numa corporação. No seu estudo sobre a indústria petrolífera, McNee

(1958) verificou que os processos de tomada de decisão numa empresa multifuncional e multi-localizada são diferentes daqueles de uma empresa de estabelecimento único, que era, até então, o objeto de estudo tradicional da Geografia e da Economia.

A partir de 1960, a obra clássica de Chandler (1962) sobre a história da empresa industrial nos EUA serviu de base para várias formulações teóricas a respeito da organização espacial da grande corporação. Nesse estudo, Chandler verificou que numa corporação multifuncional a estrutura administrativa se encontra descentralizada em diferentes níveis de autoridade. No topo, está a sede geral (*general office*) coordenando as diversas divisões, isto é, as linhas de produção. Cada divisão, por sua vez, dirige um determinado número de departamentos responsáveis pela venda, manufatura, pesquisa, finança, etc sobre uma área geográfica a partir de seu escritório central (*central office*). Os escritórios departamentais (*department headquarters*) gerenciam várias unidades de produção e serviços. No nível mais baixo, encontra-se a unidade operacional (*field unit*), responsável pelas operações rotineiras da firma (contabilidade, finanças, produção etc.). No contexto da hierarquia administrativa, Chandler (1962) identificou escalas geográficas específicas nas quais os controles são realizados. As unidades operacionais são responsáveis pelas funções da empresa num local específico. Os executivos dos escritórios departamentais coordenam várias unidades operacionais dispersas em diferentes lugares e regiões. Os gerentes dos escritórios centrais, por sua vez, tratam dos processos que envolvem as linhas de produção e de serviços como um todo. Sua escala de atuação engloba os domínios dos níveis administrativos mais baixos. Finalmente, a sede estende sua gestão sobre diferentes regiões geográficas, de acordo com o processo de descentralização produtiva e administrativa da empresa. De um modo geral, a tese central de Chandler (1962) assegura que a estrutura da empresa se-

gue as várias estratégias de crescimento propostas por seus administradores.

Contemporâneo a Chandler, o geógrafo Goodwin (1965) igualmente se preocupou com os aspectos espaciais do processo de tomada de decisão que envolvem a corporação. Ao observar as funções de administração do ponto de vista metropolitano, ressalta o significado geográfico da corporação multilocal no âmbito de um verdadeiro império cujo controle empresarial das diversas divisões seria realizado nas grandes metrópoles.

A contribuição desses estudos para a geografia da corporação centra-se no fato de as preferências pessoais dos diretores exercerem influências na dinâmica da empresa ao escolherem os diferentes níveis espaciais de sua atuação. Desse modo, a escolha de um determinado lugar pode não ser dominada apenas por razões econômicas impostas pelos modelos de localização da firma de Weber para uma dada produção e pelo modelo de Von Thunen que determinava tipos de produção para localizações específicas.

Uma revisão das contribuições à Geografia da empresa durante os anos 60 não poderia deixar de considerar a obra de Vernon, *Investimento Internacional e Comércio Internacional no Ciclo do Produto* (1966). Do ponto de vista geográfico, Vernon ressalta o papel das grandes corporações na difusão espacial das inovações tecnológicas do produto e de sua cadeia produtiva e formas de organização em escala planetária, bem como a transferência de fluxos financeiros, mercadorias, decisão etc. no interior da corporação.

Em suma, durante os anos 60, os estudos concernentes à Geografia da empresa se deslocam para a análise da organização e estrutura da corporação, bem como da capacidade dela se ajustar ou modificar seu meio-ambiente a partir dos processos de tomada de decisão. Nas duas últimas décadas, face à expansão das corporações multinacionais, novos enfoques teóricos têm surgido a fim de dar conta desse fenômeno que cons-

tituiu um dos mais importantes na reorganização espacial capitalista.

### **3 - AS NOVAS PROPOSIÇÕES PARA O ESTUDO DAS CORPORações APÓS 1970**

Dada as limitações teóricas das velhas proposições acerca das corporações, novos enfoques têm sido considerados. De acordo com Clarke (1985), três categorias de análise da geografia da empresa se destacam. A primeira é a do “sistema natural” advogado por Hamilton e Linge<sup>1</sup> que avalia a corporação e seu meio ambiente e as relações entre os dois. A segunda é o enfoque “estruturalista” exposto por Massey e Meegan<sup>2</sup>. Esses autores detalham os três passos analíticos para se compreenderem as mudanças na estrutura da indústria: uma análise das tendências econômicas nacional e internacional; um exame das implicações dessas tendências para cada firma; e a avaliação de como isso afeta a forma da produção e o emprego. A terceira categoria refere-se ao “enfoque da empresa” de McNee (1979) que toma como seu principal objetivo o comportamento e as ramificações espaciais da atividade da corporação. De um modo geral, McNee focaliza a corporação como um agente central da mudança espacial.

Entretanto, apesar da importância desses enfoques, uma das áreas de estudo mais corrente sobre as grandes corporações é a da teoria da organização, representada pela tese da internalização<sup>3</sup> proposta por Buckley e Casson<sup>4</sup>. De acordo com esses autores, o que leva a corporação a internalizar suas atividades são a existência de imperfeições do mercado, riscos e incertezas, tarifas e regulações impostas pelos governos. Ao explicar os determinantes do investimento externo, eles concluem que as corporações multinacionais são produto de um processo de internalização transfronteira.

Sob a mesma ótica da teoria da internalização, Dunning (1979) propôs sua *teoria eclética do crescimento das corporações* ao realizar um es-

forço de integrar comércio, investimentos e concessão de licenças numa estrutura teórica chamada de Paradigma da OLI (organização, localização e internalização). Dunning argumenta que a opção de as corporações se lançarem aos investimentos em capital produtivo em diversos lugares e regiões depende de suas vantagens comparativas de propriedade, que são definidas pelo seu poder monopolístico e pelos fatores locais encontrados, tais como impostos, mercado, insumos, força de trabalho etc. Por fim, Dunning chama a atenção para a necessidade da corporação internalizar aquelas vantagens de propriedade como meio de explorar ou se proteger contra falhas do mercado. Como se percebe, os enfoques teóricos sobre os processos de tomada de decisão que envolvem a estrutura intra-organizacional das corporações e sua dispersão geográfica têm sido numerosos e díspares. Entretanto, vale ainda ressaltar o Modelo da Contigência Estrutural, cuja estrutura central se relaciona à conceitualização da organização interna da corporação a partir de sua articulação com o meio ambiente com o qual interage. Na verdade, o meio ambiente é considerado o elemento determinante da estrutura interna da organização empresarial.

Sob essa proposição emergem as definições de domínio e ambiente de operação (*task environment*). O primeiro representa o espaço potencial da empresa num meio ambiente específico. O segundo, composto por consumidores, fornecedores, competidores e grupos reguladores, seria efetivamente a área onde a corporação atua. Esses dois conceitos são os de maior importância no Modelo da Contigência Estrutural, visto que se referem às influências das forças do meio sobre a corporação. Em adição, dois outros conceitos são apresentados como reflexos da estrutura da corporação frente às turbulências do meio. O primeiro é a “diferenciação horizontal” que implica a criação de departamentos, enquanto a “diferenciação vertical” refere-se aos níveis de controle hierárquico da corporação. A

coordenação desses fragmentos da estrutura diferenciada internamente ocorre por meio de processo de “integração” (Clarke, 1985).

Essa organização da corporação em departamentos e funções dispersas em vários lugares e regiões revelaria uma distribuição desigual da autoridade e dos recursos no seu interior. Isso significa que “há uma core e uma periferia dentro da corporação” (Taylor & Thrift, 1985, p.13). De um modo geral, a discussão concernente aos processos de diferenciação e integração no interior da teoria da organização possibilitaram um avanço da Geografia na compreensão da estrutura organizacional da empresa (Clarke, 1985).

Apesar de algumas críticas à teoria da organização (Taylor & Thrift, 1985), foi nela que McNee (1979) se apoiou para realizar um dos trabalhos mais interessantes sobre o comportamento espacial das corporações. De um modo geral, McNee compreende a corporação como um “sistema natural”, resultante de uma evolução espaço-temporal a partir da acumulação sucessiva de decisões responsáveis pelas tensões, de origem interna e externa, perturbadoras do equilíbrio da empresa. Ao relacionar a teoria da organização com as questões geográficas sobre as grandes corporações, McNee fez uso das três perspectivas propostas por Rapaport<sup>5</sup> para a análise de um sistema organizado: estrutura, função e evolução. A estrutura inclui, particularmente, o quanto a corporação é capaz de receber, armazenar, processar e repassar informação. Inclui também padrões de decisão e autoridade. A função se refere ao modo pelo qual a corporação responde ao meio ambiente utilizando sua estrutura. Ambas, estrutura e função, transformam-se ao longo do tempo. Desse modo, a evolução da corporação deve ser considerada. O meio ambiente analisado pode não coincidir com aquele assumido nos estudos tradicionais de localização industrial. Isso porque McNee se apoia no conceito de Chamberlain<sup>6</sup> que se refere ao meio ambiente da corporação como “turbulência”. A exploração geográfica de tais turbulências seria cru-

cial para a compreensão do comportamento locacional de toda a firma e da tomada de decisão da administração central.

Em suma, neste significativo artigo, Mc-Nee argumenta que a interpretação da grande corporação deve se apoiar nos estudos geográficos de difusão, percepção e tomada de decisão. Na evolução de suas funções e da estrutura espacial, a corporação decide por um comportamento cíclico com fases de consolidação e preservação do padrão espacial existente e fases de decisões locais que implicam a difusão geográfica da firma e, conseqüentemente, a criação de padrões de localização. A percepção do empresário de sua zona de oportunidades, face às turbulências do meio ambiente, seria determinante para o comportamento espacial da corporação.

Apesar da importância desses enfoques verificados até o momento, a partir do final da década de 1960 e início da de 1970, a teoria marxista passa a ser utilizada na compreensão da corporação multinacional. Destarte, como fenômeno do capitalismo, ela é apreendida como determinante e determinada pelo processo de internacionalização do capital.

### **3.1- AS CORPORAÇÕES SOBRE O PRISMA DO MODELO DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA**

No limiar do século XXI, a corporação multinacional constitui-se num dos aspectos dominantes do capitalismo moderno. No que diz respeito à Geografia, a corporação responde por grandes transformações no espaço geográfico e na divisão territorial do trabalho em escalas nacional e internacional. Sua presença está estritamente associada à extensão espacial das forças capitalistas no processo de valorização do capital das unidades produtivas. A origem e transformação da organização espacial da corporação permeia a evolução do capitalismo. Suas raízes se situam na primeira fase da internacionalização do capital, nos anos 70 do século XIX, quan-

do houve a substituição do capitalismo concorrencial pelo capitalismo monopolista, principalmente nos EUA.

Nessa fase, a estrutura industrial americana passou de um tipo de “firma marshalliana”, dispersa pelo país, para a consolidação da “corporação nacional” a partir da emergência de um processo de fusão e incorporação de firmas em várias regiões do país. A partir de 1920, houve uma mudança na natureza da corporação à medida que ela introduzia novos produtos e provocava diferenciação dentro de cada linha de produto. O resultado foi o aparecimento da “corporação multidivisional” para facilitar o controle administrativo e difusão de novos produtos. Por fim, verifica-se, a partir do pós-II Guerra, a expansão da “corporação multinacional” (Hymer, 1971).

Esse fenômeno chamou a atenção da Geografia para o uso ampliado do espaço em escala global como parte integral da corporação multinacional. A expansão das corporações forçou alterações na organização espacial da produção à medida que os centros de investimentos e administração têm se tornado cada vez mais separados dos nós de produção em escala planetária. Desse modo, o enfoque da internacionalização da corporação tem enfatizado o capital, o trabalho e os recursos como forças geradoras de um processo inerente ao atual estágio do desenvolvimento capitalista (Storper E Walker, 1983).

As transformações no tamanho da empresa são acompanhadas pela ampliação de sua escala de operações. Disso resulta sua natureza multifuncional e multilocalizada. Na verdade, a mais importante mudança apresentada pela corporação é o crescimento da estrutura multi-nodal, usualmente baseada na divisão de áreas de influência.

Sob a ótica marxista, Amin (1979) analisa a expansão das corporações multinacionais como um meio de evitar a diminuição da taxa de lucro. As áreas periféricas serviriam como *loci* ideal para conter aquele declínio nas regiões centrais. As transformações do valor exce-

dente para as nações do centro seriam realizadas através do mercado e baseadas na esfera da circulação.

Hymer (1971) relativiza a importância do mercado mundial e focaliza a produção. Assegura que a necessidade de a corporação se dirigir aos mercados externos não está relacionada à falta de demanda local para seus produtos, mas à inevitabilidade do crescimento ilimitado da produção sob a égide do capitalismo. Desse modo, revela que o desenvolvimento da grande corporação pode ser analisado como um processo de centralização e concentração do capital.

No tocante ao papel da corporação na divisão internacional do trabalho, o cerne da obra de Hymer é a interpretação da dinâmica da economia mundial a partir da análise da firma. Ao evidenciar a divisão do trabalho na corporação em várias dimensões – horizontal, vertical, espacial e temporal –, Hymer desvela uma hierarquia entre cidades e regiões na economia internacional estabelecida pela corporação, que é, na verdade, paralela a uma divisão do trabalho dentro dela, a fim de impor sua divisão do poder e de regras que mantenham a separação entre trabalho e controle. Analisando a dimensão espacial da hierarquia da corporação, Hymer (1971) toma como ponto de partida o esquema de Chandler e Redlich<sup>7</sup> e apresenta uma estrutura administrativa em três níveis hierárquicos. O nível III, o mais baixo, refere-se às operações rotineiras e diárias da corporação. O nível II coordena os administradores do nível III. O nível I representa a administração central, encarregada da fixação de objetivos e do planejamento a longo prazo para os demais níveis. A separação espacial desses níveis se fez ao longo da história, ou seja, desde a empresa marshaliana até a corporação multinacional que hoje conhecemos. Determinado por um processo de concentração do capital, a corporação que emerge com tais características sugere um “princípio de correspondência entre a centralização do controle dentro da empresa e a centralização do controle na economia

internacional” (Hymer, 1971, p.122). As atividades do nível III – centro eminentemente produtivo – encontram-se dispersas e descentralizadas em escala planetária de acordo com vantagens adquiridas junto à força de trabalho, mercado e matérias-primas das regiões e países hospedeiros. As atividades do nível II, em face à necessidade de empregados qualificados, sistemas de comunicação e de informação, tendem a concentrar seus escritórios de coordenação em grandes cidades, capitais ou metrópoles regionais. As atividades do nível I – os escritórios centrais – procuram se localizar nas cidades consideradas lugares de concentração da produção e do capital, bem como de centros de pesquisa e desenvolvimento. Dentre as cidades que se encaixam nesse perfil, destacam-se as capitais mundiais.

Essa especialização geográfica, ao refletir a hierarquia da tomada de decisão no interior das corporações, reproduz o padrão de distribuição desigual da renda e da produção no sistema econômico internacional. Ao se dispersar e impor vínculos entre lugares e regiões, a corporação cria interdependências universais. Ou seja, “Ao criar hierarquias e não igualdades, distribui os benefícios de forma desigual” (Hymer, 1971, p.140).

Contrariando algumas proposições de Hymer, Palloix (1975) trata a grande corporação como elemento crucial para a valorização das forças produtivas no nível da esfera da circulação de mercadorias. A multinacionalidade, para ele, é um problema mais da circulação do que da produção. A função da corporação é controlar a rede de circulação de mercadorias para que essa ação sobre o processo de produção e valorização do capital se realize.

Recentemente, um novo enfoque marxista-schumpeteriano tem procurado dar conta do papel das grandes corporações no processo de inovação tecnológica e de internacionalização da produção capitalista, bem como de sua participação nos fluxos comerciais e financeiros em escala planetária (Gonçalves, 1992). De acordo com esse enfoque, as corporações são as principais res-

ponsáveis pela realização das inovações e pelos poderes monopolísticos ou oligopólicos adquiridos sobre determinados mercados. Sendo parte integrante do processo de concentração e centralização do capital, a competição intercapitalista incessante por progresso tecnológico força as corporações a expandirem seus mercados domésticos e externos e a defrontarem-se, constantemente, com novas formas de competição em termos de tecnologia e de organização empresarial.

A empresa, na verdade, não é mais percebida como arena de luta de classes. É também um ator econômico autônomo. Hoje em dia ela aparece mais como uma unidade estratégica frente à competição tecnológica. O que define a nova empresa é a gerência de mercado e da tecnologia. A estratégia logística é, portanto, um dos principais fatores de modernização da empresa.

#### **4 - CORPORAÇÃO E ESPAÇO: UMA PROPOSIÇÃO METODOLÓGICA**

A dinâmica das corporações acompanha a expansão geográfica do capital produtivo e impõe fases sucessivas de reestruturação do seu padrão de organização espacial. Isso significa que a corporação assume uma espacialidade derivada dos processos de integração interna de sua organização geográfica e dos vínculos com a estrutura produtiva de uma determinada escala espacial. Em suma, no atual estágio do capitalismo, a natureza multifuncional e multilocalizada da corporação reflete uma divisão territorial do trabalho, representada por uma estrutura interna que permeia a divisão territorial do trabalho de uma dada região ou país.

Na seção anterior, vimos que a problemática das interações espaciais relativas à dinâmica complexa das corporações resulta do processo de acumulação do capital no seu movimento de concentração e de centralização. Nesse sentido, a criação de firmas e estabelecimentos se associam aos três tipos de estratégias possíveis, que correspondem às necessidades da corporação: integra-

ção horizontal, integração vertical e conglomeração (Green e Cromley, 1982). Essas práticas impõem à corporação formas de integração funcional e territorial de sua organização espacial.

Kafkalas (1985) se refere à “integração” funcional como uma forma de articulação de diferentes ramos (setores) ou estágios da produção, a partir do momento que a expansão institucional do processo de gestão da corporação é efetuada sobre a divisão técnica ou social do trabalho. À medida que esse controle se expande sobre atividades produtivas localizadas numa região, tem-se a “integração territorial”.

A integração da corporação implica, portanto, uma espacialidade marcada por uma rede de unidades produtivas e centros administrativos dispersos geograficamente e articulados por uma rede de gestão interna, tal qual a formulada por Chandler (1962). Aos esquemas de Chandler associa-se a projeção espacial da estrutura administrativa da corporação realizada por Hymer (1971) que, na realidade, evidencia a existência de uma rede urbana da empresa e de processos de gestão semelhantes ao circuito do ramo (“branching circuit”) de Lipietz (1988) que, por sua vez, reflete uma “especialização sincrônica” dos diversos tipos de trabalho inerentes às diversas produções entrecruzadas nos ramos da corporação.

A integração territorial da corporação seria, portanto, resultado da gestão do circuito do ramo nas diversas escalas geográficas em que ela atue. A importância dessa nova forma de divisão internacional do trabalho reside no fato de que a mobilidade diferencial e a penetração seletiva do capitalismo em vários lugares e regiões aumenta a independência da corporação de um determinado lugar e, ao mesmo tempo, diminui a possibilidade de vínculos internos no nível do local (Walker, 1978) dada a especialização de regiões em certos ramos da corporação.

Pelo exposto até o momento, percebe-se que um recorte teórico para o estudo das especialidades de uma corporação no bojo do processo de integração econômica de um país nos reme-

te, necessariamente, às noções de rede, gestão do território e difusão espacial. Como forma de articular tais categorias, tomaremos por base o Modelo de Crescimento de uma Corporação apresentado por Hakanson (1979).

Hakanson analisa a corporação multinacional a partir da relação entre o produto e desenvolvimento do mercado. Seguindo uma classificação, Hakanson considera quatro estratégias de crescimento que a corporação pode seguir face às restrições a sua expansão: penetração de seus produtos no mercado imediato; desenvolvimento de novos produtos; procura de novos mercados; e, por último, diversificação da produção combinada com novos mercados. Para atingir tais estratégias, a corporação deve realizar um crescimento interno com extensão de seus ramos e uma expansão externa através de criação de unidades, fusão e/ou incorporação.

As mudanças necessárias para a implementação dessas práticas espaciais seriam representadas pela difusão de inovações tecnológicas, novas requisições para o padrão locacional e alteração na estrutura da corporação.

A contribuição importante que emerge da análise desse trabalho de Hakanson a respeito da relação entre crescimento e padrão locacional é a seqüência histórico-espacial dos eventos na determinação da estrutura da corporação e, por conseguinte, de suas diversas espacialidades à medida que ela vai adquirindo o status de multinacional.

No estágio inicial da vida de uma empresa seus laços com o espaço imediato são estreitos. No segundo estágio, ocorre uma gradual penetração no mercado nacional a partir de sua sede central (*head office*). Isso resulta no estabelecimento de escritórios de venda e a subsequente instalação de unidades produtivas além de sua core-área. Essa expansão geográfica deriva da busca ampliada de lucros face às baixas taxas de crescimento verificadas no mercado local. No terceiro estágio, em face à restrição à acumulação, bem como aos limites aos recursos financeiros

e à capacidade administrativa de a empresa expandir as fronteiras nacionais. Nos estágios mais avançados de sua evolução, a corporação atinge um caráter essencialmente multifuncional e multilocalizado, assim como capacidade e eficiência tecnológica. Como contribuição à análise do modelo de Hakanson, é conveniente associar ainda os padrões de difusão espacial evidenciados por Hagerstrand (1952) e as práticas espaciais identificadas por Corrêa (1992).

Hagerstrand determinou várias formas de desdobramento de padrões humanos sobre o espaço geográfico. A primeira é a difusão por contágio que ocorre quando um fenômeno social é transmitido inicialmente no seu espaço imediato e, posteriormente, influenciado pelo efeito da fricção da distância, atinge áreas mais distantes. Nos estágios iniciais de expansão de uma corporação é possível que uma “difusão por contágio” se manifeste face ao fraco grau de integração econômica do território nacional e às dificuldades nos transportes e comunicações. O segundo padrão é o da difusão por realocização, que se verifica quando um grupo social ou instituição se move no tempo e no espaço, abandonando uma localização anterior. À medida que as forças capitalistas atingirem diversos lugares e regiões de um país, a corporação, provavelmente, realizará uma “difusão” *por* “relocalização” ao abandonar determinados mercados que apresentem taxas de crescimento mais baixas do que ela aspira. Por último, tem-se a difusão por hierarquia, na qual lugares hierarquicamente superiores tendem a ser beneficiados primeiramente na dispersão de um fenômeno. Posteriormente, a difusão atinge outros lugares mais abaixo na hierarquia. Desse modo, uma “difusão por hierarquia” pode ocorrer, inicialmente, nos lugares de maior hierarquia urbana em que a corporação procure se instalar.

Em adição aos processos de difusão apresentados por Hagerstrand, várias práticas espaciais identificadas por Corrêa (1992) corroboram a anamorfose da corporação como, por exemplo, a “seletivi-



dade espacial”. Acrescentam-se ainda a “fragmentação espacial”, que se traduz numa multilocalização da corporação, isto é, numa divisão do espaço no qual cada segmento é ocupado por uma de suas unidades; o “remembramento espacial”, que consiste, ao contrário, num reagrupamento de unidades territoriais pequenas e multilocalizadas noutra configuração espacial, mais ampla; a “antecipação espacial”, que indica a localização de uma unidade num espaço que ainda não exhibe fatores de localização satisfatórios; e, finalmente, a “marginalização espacial”, que se refere à exclusão de um lugar em sua rede pelo fato de ter perdido seus atributos locais. Na verdade, tais estratégias constituem o processo de gestão territorial da corporação, isto é, sua territorialidade.

Vale ressaltar ainda que o território da corporação, entendido como sua organização espacial, é também reflexo e condição do processo de integração econômica de um país, visto que a penetração das forças capitalistas em escalas nacional e internacional se dá, concomitantemente, associada a uma apropriação de certas parcelas do espaço por um grupo social interessado na reprodução ampliada do seu capital. Além disso, a difusão espacial da corporação, bem como as práticas espaciais de gestão e controle do seu território, ou seja, sua territorialidade, não prescindem da existência de redes.

A organização espacial da corporação, a partir do estágio 2 de crescimento identificado por Hakanson, se revela em função de elementos fixos constituídos pelo resultado do trabalho e pelas forças produtivas e através dos fluxos que garantem integração territorial entre os fixos na rede.

A análise da rede de uma corporação pode ter como base alguns pressupostos do paradigma da complexidade que se constitui numa vertente analítica que busca a apreensão da realidade através de idéias de ordem, desordem, caos e entropia. É necessário ressaltar que o enfoque da complexidade pode não ser tão promissor às ciências sociais. Isso porque a desordem, observada nos fenômenos físico-químicos e biológicos, ocorre de maneira dife-

rente na sociedade. A ação humana não é apenas afetada por ruídos (perturbações aleatórias), mas “resulta também de uma ação com propósito” (Carvalho, 1995, p.226). Ou seja, é impossível ignorar a importância da consciência como força motriz das práticas sociais. Quando se analisa a desordem implícita na organização social, percebe-se que há uma estrutura por trás dela. A origem dessa estrutura (ordem), apesar de em certas situações resultar de condições caóticas (imprevisíveis) é, na verdade, produto de uma ação arbitrária. No caso de uma corporação, a análise de sua dinâmica pode ser realizada através de alguns elementos conceituais dessa vertente científica sem, contudo, ignorar que a organização espacial é fruto intencional da complexidade das práticas sociais devido aos fenômenos aleatórios que acompanham o seu processo evolutivo.

Analisando a noção de rede por analogia às idéias contidas na obra *O Método*, de Edgar Morin, podemos perceber que toda a ordem implícita numa rede corporativa nasce a partir de determinações ou imposições (regras, especializações, ajustamentos, etc) propostas pelo grupo social que a controla. A materialidade dessa ordem fixa as possibilidades de interações entre indivíduos e os lugares que compõem a rede e constitui a base da organização espacial da corporação. Assim, a organização espacial implica a existência de inter-relações viabilizadas pelas redes. Por outro lado, para que haja interações é necessário que haja desordem (desigualdades, difusão espacial, encontros aleatórios, etc.). Esse é o princípio da organização pela desordem (Morin, 1977). A ordem e a organização impostas pela rede são formas de resistência aos diversos tipos de desordem por que passa a dinâmica espacial de uma corporação em sua contínua anamorfose.

O estudo das redes integra também a noção de sistema. A rede constitui a possibilidade de organização do sistema. Ou seja, todo o sistema possui uma rede em que os elementos do sistema têm uma disposição que caracteriza a organização do mesmo. A rede é o meio que liga a idéia

de inter-relação à idéia de sistema. É desse modo que o sistema adquire uma certa possibilidade de permanência frente às perturbações aleatórias, já que toda a organização em rede determina e desenvolve especializações e hierarquizações que garantem a funcionalidade de um sistema.

Apesar dessa associação entre sistema e rede, na pesquisa sobre uma grande corporação a noção de rede poderá ser privilegiada. A idéia de um enfoque sistêmico pressupõe que todo o sistema esteja sendo levado em consideração. Na verdade, toda a concepção da totalidade dos fenômenos, sejam eles naturais, sejam sociais, é restrita e constitui-se numa veleidade. Desse modo, a opção metodológica deve recair sobre a análise da organização espacial da corporação sob a ótica de algumas redes selecionadas. Cabe ainda ressaltar que os dois conceitos são frutos de abstrações operadas pelo pesquisador. No entanto, tanto um quanto o outro têm necessariamente uma manifestação espacial concreta. É nesse ponto que reside a importância da noção de rede para a Geografia de uma corporação. Isso porque as condições para a constituição de uma rede da corporação derivam da necessidade de uma economia de mercado em expansão, de uma divisão territorial do trabalho e das trocas de bens e serviços produzidos localmente e comercializados em outras áreas. Na verdade, a estrutura em rede é uma condição *sine qua non* para a descentralização administrativa e produtiva da corporação no seu movimento de expansão do mercado.

Cabe ainda ressaltar que a organização espacial resultante impõe a formação de uma rede com níveis hierárquicos relacionados à importância dos lugares e de seus vínculos na rede, conforme o enfoque Chandler-Hymer. Em suma, a estrutura em rede permite a integração funcional e espacial da corporação, tal qual Kafkas assinala, já que “a rede denota a organização ou gestão de um território” (Dupuy, 1988, p.19).

## 5- CONCLUSÃO

Uma proposta metodológica para o estudo das grandes corporações deverá levar em con-

ta as categorias analíticas de rede, difusão espacial e gestão territorial e algumas observações derivadas do paradigma da complexidade. Acreditamos que, mesmo na falta de uma teoria de base, a análise conjunta dessas categorias possibilitará evidenciar o processo de formação da rede urbana da corporação enquanto mecanismo de integração espacial em múltiplas escalas e de drenagem de capitais. Por outro lado, poderemos verificar ainda que tal integração, refletida na rede de cidades e regiões, é uma das manifestações dos processos de diferenciação e de fragmentação política do espaço no qual a corporação expõe uma teia complexa de trocas e grau de dependência entre diversos espaços, de modo a compor uma hierarquia entre as diferentes redes polarizadas de cidades. Neste sentido, a proposta metodológica de análise da estrutura espacial da corporação ratifica sua importância para a leitura geográfica de um dos mais importantes atores da dinâmica capitalista.

## NOTAS

- \* Professor-Adjunto II, do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense.
- <sup>1</sup> Hamilton, R.E.I. & Linge, G.J.R.(eds). Spatial Analysis, Industry and the Industrial Environment, Vol., I: Industrial Systems, John Wiley, Chichester, 1979.
- <sup>2</sup> Massey, D. and Meegan, R.A. The Geography of Industrial Reorganisation, Progress in Planning, 10,(155-237), 1979.
- <sup>3</sup> De acordo com Taylor e Thrift (1985), “internalização é um termo aplicado quando uma série de transações é internalizada dentro da corporação multinacional ao invés de ocorrer dentro do mercado, de modo a proteger-se contra ou explorar mercados.
- <sup>4</sup> Buckley, P.J. and Casson, M. The Future of Multinational Enterprise, Macmillan, London, 1976.
- <sup>5</sup> Rapaport, A. Foreword to Modern Systems Research for the Behavioral Scientist. Chicago: Aldine, 1968.
- <sup>6</sup> Chamberlain, N. Enterprise and Environment: the firm in time and place, New York: McGraw Hill, 1968.
- <sup>7</sup> Chandler, A. D. and Redlich F. Recent Development in American Business Administration and Their Conceptualization. Business History Review, 35, 1-27, 1961.

## 6- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMIN, Samir. *Imperialism and unequal development*. New York: Monthly Review Press, 1977, 234p.
- CARVALHO, Fernando J. Cardim. Sobre ordem, incerteza e caos em economia. In: SILVEIRA, Antônio M. da. et. al. *Caos, acaso e determinismo*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995, p. 225-244, 264p.
- CHANDLER, Alfred Jr. *Strategy and structure: chapters in the history of industrial enterprise*. Cambridge: The MIT Press, 1962. 168p.
- CLARK, Ian M. *The spatial organization of multinational corporation*. London: Croom Helm, 1985. 287p.
- CORREIA, Roberto Lobato A. Corporação, práticas espaciais e gestão do território In: *Anais do I WORKSHOP de Geociências*. Rio de Janeiro: UFRJ, p.35-41,1992.
- DUNNING, J.H. Explaining changing patterns of international production: in defence of the eclectic theory. *Oxford Bulletin fo Economics and Statistic*, v. 41, n. 4, p. 269-95, nov.1979.
- DUPUY, G. (dir). *Réseaux territoriaux*. Caen: Paradigme, 1988, 287p.
- GONÇALVES, Reinaldo. *Empresas transnacionais e internacionalização da produção*. Petrópolis: Vozes, 1992, 108p.
- GOODWIN, Willian. The management center in the United Satates. *Geography Review*, New York, v. 55, n.1, p.1-15. may 1965.
- HAGERSTRAND, Torsten. *The propagation of innovation waves*. Lund Gleerup, Lund Studies in Geography. London, 1952, 212p.
- HAKANSON, Lars. Toward a theory of location and corporate growth. In: HAMILTON, F.E.I. & LINGE, G. J. R. (org.). *Spatial analysis, industry and the industrial environment*, p.115-138. Chichester: John Wiley & Sons, 1979. 314p.
- HYMER, Sthepen. *Empresas Multinacionais: a internacionalização do capital*. Rio de Janeiro: Graal, 1983, 118p.
- KAFKALAS, Grigoris. Location of production and forms of spatial integration: theoretical considerations and some examples form the non-fuel mineral sector. *International Journal of Urban and Regional Researc*, London, v.9, n.2, p.233-253, 1985.
- LIPIETZ, Alain. *O Capital e seu espaço*. São Paulo: Nobel, 1988, 209p.
- Mc.NEE, R.B. A system approach of understanding the geographical behavior of organizations, espacially large corporations. In: HAMILTON, F.E.I. (org). *Spatial perspectives on industrial organization and decision making*. 2 ed. London: Jonh Wiley & Sons, 1979. 284p. p.47-75.
- \_\_\_\_\_. Functional Geography of firm, with an illustrative case study from the petroleum industry. *Economic Geography*, v. 34, p.321-337, 1958.
- MORIN, Edgar. *O método: a natureza da natureza*. 2 ed. Lisboa: Publicações Europa-América, 1977. p. 448
- PALLOIX, Christian. *Las firmas multinacionales y el proceso de internacionalizacion*. México: Siglo Veintiuno Editores, 1975. 290p.
- PENROSE, Edith. *Teoria del crecimiento de la empresa*. Madrid: Aguilar, 1962. 298p.
- STORPER, M. & WALKER, R. The theory of labour and the theory of location. *International Journal of Urban and Regional Research*, New York, v. 7,1983. p. 1-41
- TAYLOR, Michel & THRIFT, Nigel. Introduction: new theories of multinational corporations. In: TAYLOR, M. & THRIFT N. (orgs.) *Multinational and restructuring of the world economy*. 2 ed. London: Croom Helm, 1986. 332p. p.1-20
- VERNON, R. *Economia Internacional*. São Paulo: Saraiva, 1979. p.89-107. 184p.
- WALKER, R.A. Two sources of uneven development under advanced capitalism: saptial differentiation and capital mobility. *The Review of Radical Political Economics*, London, v.10, n.3, p28-36, april 1978.

## ABSTRACT

*Corporations constitute the main agents of space organization of the modern capitalist society. However, in spite of a presence in the 20<sup>th</sup> century, there is not a base theory for the study of corporations. This article proposes a methodology of analysis of the industrial corporations as products of the transformations in the space-time, inside of multiple theoretical dimensions and perspectives.*

## KEYWORDS:

*Corporation; Space Organization; Methodology.*

